

# ÍNDICE

Nota Prévia .....	5
Abreviaturas .....	7
INTRODUÇÃO .....	9
CAPÍTULO I	
SOLICITADOR E AGENTE DE EXECUÇÃO .....	11
1. Processo executivo na formação de base do solicitador e do agente de execução	11
2. Exercício do mandato pelo solicitador na ação executiva.....	13
3. O agente de execução — poder geral de direção do processo .....	15
CAPÍTULO II	
CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A INDICAÇÃO E DETERMINAÇÃO DOS BENS A PENHORAR.....	19
1. Noção e efeitos da penhora .....	19
2. Objeto da penhora.....	26
3. Evolução legislativa dos poderes de indicação dos bens a penhorar.....	34
3.1. Poderes de indicação dos bens a penhorar até à RPC 2003.....	34
3.2. Poderes de indicação dos bens a penhorar após a RPC2003.....	42
3.3. Poderes de indicação dos bens a penhorar após as alterações introduzidas pelo DL n.º 226/2008, de 20 de novembro .....	44
3.4. Poderes de indicação dos bens a penhorar no Código de Processo Civil vigente .....	46
4. Critérios legais de determinação dos bens a penhorar.....	48
4.1. Princípio da proporcionalidade.....	48

4.2. Princípio da adequação.....	52
4.2.1. Considerações sobre a penhora de depósitos bancários .....	53
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>PODERES DO AGENTE DE EXECUÇÃO NA DETERMINAÇÃO</b>	
<b>DOS BENS A PENHORAR.....</b>	
1. Realização das diligências prévias à penhora — incumbência do agente de execução .....	63
1.1. Consulta ao registo informático de execuções.....	65
1.2. Diligências úteis à identificação ou localização de bens penhoráveis	67
1.3. Dever de informação sobre o resultado das diligências prévias à penhora .....	70
2. Poder de determinação dos bens a penhorar pelo agente de execução.....	71
2.1. Indicação de bens pelo exequente.....	72
2.1.1. O caso do art. 855.º, n.º 5 .....	74
2.1.2. Indicação de bens com vista à restrição da reclamação de créditos fundada em privilégio creditório geral .....	75
2.2. Desvios lícitos ao princípio da proporcionalidade .....	80
2.3. Imperativos legais .....	85
2.3.1. Bem onerado com garantia real.....	85
2.3.2. Quinhão em bens indivisos e em patrimónios autónomos.....	90
2.4. Substituição ou reforço da penhora.....	93
2.4.1. A requerimento do executado .....	94
2.4.2. Por iniciativa do agente de execução ou a requerimento do exequente	97
3. Meios de reacção à penhora determinada pelo agente de execução.....	98
3.1. Notas prévias .....	98
3.2. Incidente de oposição à penhora .....	99
3.3. Reclamação/impugnação para o juiz de execução.....	106
<b>Bibliografia.....</b>	<b>109</b>
<b>Índice.....</b>	<b>113</b>